



**MOEDA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO
SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE
MATARANDIBA/BA**

***SOCIAL CURRENCY AS A TOOL FOR SOCIOECONOMIC INCLUSION: A CASE
STUDY IN THE COMMUNITY OF MATARANDIBA/BA***

Autor(es): Gisela Oliveira Conceição, Ana Georgina Peixoto Rocha, Ewerton Luiz Brito de Santana, Luana Silva Lopes, Tatiana Cristina Rocha

Filiação: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

E-mail: gisaoliveira903@gmail.com

Eixo temático: 5 - Impactos e Contribuições Econômicas, Sociais e Ambientais

Resumo

O estudo teve como objetivo analisar a moeda social Concha como uma ferramenta de inclusão socioeconômica na comunidade de Matarandiba, no município de Vera Cruz, estado da Bahia. Aplicou-se uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, utilizando o estudo de caso como estratégia de pesquisa. A metodologia adotada contou com a realização de uma entrevista semiestruturada com a agente de crédito do Banco Comunitário de Desenvolvimento e com a aplicação de questionários com moradores e comerciantes locais, buscando captar as percepções, experiências e posicionamentos dos diferentes atores envolvidos na dinâmica da moeda social Concha. Para os comerciantes, a seleção incluiu aqueles que aceitam a moeda Concha como forma de pagamento e aqueles que não utilizam; para os moradores, foram incluídos tanto usuários regulares da moeda quanto não usuários. Os resultados da pesquisa indicaram que, apesar das limitações, a moeda Concha possui um potencial significativo para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local ao fortalecer pequenos negócios e estimular o consumo interno na comunidade. A consolidação e a ampliação do seu uso dependem ainda de ações estratégicas do próprio banco responsável pela moeda social, em conjunto com outros atores sociais e institucionais. Essas medidas podem consolidar a moeda como uma ferramenta relevante para fortalecer a economia solidária e a integração comunitária em Matarandiba.

Palavras-chave: economia solidária, desenvolvimento local, bancos comunitários.



Abstract

The study aimed to analyze the Concha social currency as a tool for socioeconomic inclusion in the community of Matarandiba, in the municipality of Vera Cruz, state of Bahia. A qualitative, descriptive and exploratory approach was applied, using the case study as a research strategy. A semi-structured interview was conducted with the credit agent of Banco Ilhamar and questionnaires were applied to residents and merchants, seeking to capture the perceptions, experiences and positions of the different actors involved in the dynamics of the Concha social currency. For merchants, the selection included those who accept the Concha currency as a form of payment and those who do not; for residents, both regular users of the currency and non-users were included. The results of the research indicated that, despite its limitations, the Concha currency has significant potential to contribute to local socioeconomic development by strengthening small businesses and stimulating domestic consumption in the community. Therefore, it is concluded that, in order to consolidate and expand its use, it is essential that Banco Comunitário Ilhamar, together with other social and institutional actors, invest in strategic actions. These measures can consolidate the currency as a relevant tool to strengthen the solidarity economy and community integration in Matarandiba.

Keywords: solidarity economy, local development, community banks.

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária surge como uma alternativa para enfrentar desafios sociais e econômicos em comunidades vulneráveis, buscando integrar as dimensões econômica, social e cultural em práticas sustentáveis e inclusivas. Segundo Leal (2013), essa abordagem promove gestão coletiva, participação democrática e superação das desigualdades por meio de mecanismos como a cooperação e a autogestão, priorizando o bem-estar coletivo. Nesse contexto, as moedas sociais, como a Concha, são ferramentas importantes para o fortalecimento da economia local, incentivando a circulação de recursos na comunidade e gerando oportunidades para o desenvolvimento de pequenos negócios e redes solidárias.

A comunidade de Matarandiba, situada na Ilha de Itaparica, Território de Identidade Metropolitano de Salvador, no estado da Bahia, é marcada por uma





economia baseada na pesca e na mariscagem, atividades que enfrentam desafios relacionados à valorização econômica e à equidade de gênero. A criação da moeda social Concha, lastreada em reais e desenvolvida com símbolos culturais da vila, como o pescador e a marisqueira, reflete o compromisso com o fortalecimento da identidade local e com a promoção de alternativas econômicas sustentáveis.

A escolha de Matarandiba como objeto de estudo justifica-se por sua singularidade em possuir uma moeda social própria, a Concha, que reforça sua identidade ao remeter diretamente a uma das principais atividades econômicas locais: a mariscagem. Predominantemente realizada por mulheres, essa prática é vital tanto para o sustento quanto para o comércio, e a escolha do nome "Concha" simboliza a valorização das marisqueiras, destacando sua importância econômica e cultural. Além disso, o interesse por Matarandiba reflete não apenas uma busca acadêmica, mas também uma conexão pessoal, fortemente relacionada ao fato de ter crescido no município de Vera Cruz, o que despertou um interesse em compreender mais profundamente as dinâmicas econômicas locais da moeda social Concha na comunidade.

O problema central desta pesquisa pode ser sintetizado na seguinte questão: como a moeda social Concha pode promover a inclusão socioeconômica na comunidade de Matarandiba/BA? A partir desse questionamento, o objetivo geral é analisar o papel da moeda social como ferramenta para inclusão socioeconômica em Matarandiba. Para alcançar esse objetivo, foram traçados os seguintes objetivos específicos: realizar um histórico da criação da moeda social na comunidade; avaliar o funcionamento e a aceitação da moeda entre os membros da comunidade; investigar como a Concha estimula o comércio local e promove o desenvolvimento de pequenos negócios; e identificar as principais dificuldades para a ampliação do uso da moeda na comunidade.

O trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, é feita uma discussão teórica sobre os bancos comunitários e as moedas sociais.



A terceira seção apresenta a metodologia do trabalho. Na quarta seção, são apresentados os resultados da pesquisa, buscando discutir a percepção dos moradores e comerciantes da comunidade sobre a moeda social. E, por fim, na quinta seção tem-se as considerações finais.

2. INSTRUMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: BANCOS COMUNITÁRIOS E MOEDAS SOCIAIS

A economia solidária busca desenvolver formas de gestão coletiva e promover a participação ativa da comunidade como uma maneira de enfrentar problemas locais. Seu objetivo principal é superar a precariedade e as desigualdades no acesso a recursos, priorizando o aspecto social (cidadania) em relação à finalidade exclusivamente econômica (geração de renda), sem deixar de atender às necessidades materiais dos participantes (Leal, 2013).

Conforme descrito por Singer (2002), para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Para o autor, a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada dos meios de produção e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios uniria todos que produzem em uma única classe de trabalhadores, possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. Godoy (2011) aponta que os pilares da economia solidária são baseados em quatro características complementares: cooperação, que envolve interesses comuns, esforços coletivos e a partilha de resultados; autogestão, com práticas participativas na gestão e tomada de decisões; atividade econômica, que visa à agregação de recursos para viabilizar iniciativas coletivas de produção e consumo; e solidariedade, que busca a justa distribuição de resultados, a melhoria das condições de vida e o compromisso com o meio ambiente e a comunidade.



As finanças solidárias são instrumentos da economia solidária, que buscam viabilizar recursos financeiros para os seus empreendimentos econômicos. Muñoz (2009, p. 208) afirma que as finanças solidárias visam “democratizar os recursos financeiros, para que as finanças operem a serviço das necessidades de todos”. Essas iniciativas servem como instrumentos que têm por finalidade contribuir com a sobrevivência de experiências que estão no campo da economia solidária e que têm caráter coletivo, envolvendo indivíduos não absorvidos pelo mercado de trabalho formal ou que buscam desenvolver iniciativas autônomas de organização econômica (Leal, 2013).

Rigo e França Filho (2017) afirmam que, no Brasil, o campo das finanças solidárias é composto por três principais atores organizacionais: as cooperativas de crédito solidário, os fundos rotativos solidários e os bancos comunitários.

De acordo com Leal (2013), os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são uma das principais práticas das finanças solidárias, se estruturam por meio de instituições associativas locais e utilizam uma variedade de instrumentos para financiar atividades de produção, prestação de serviços e consumo, com o objetivo de gerar e ampliar a renda local. Entre os instrumentos usados estão o microcrédito solidário, a moeda social circulante, a educação financeira, a correspondência bancária e o apoio à comercialização, além de outros serviços como microsseguros.

Segundo Singer (2013), o banco comunitário tornou-se um importante instrumento de política pública na economia solidária por sua capacidade de enfrentar os desafios do desenvolvimento local. Ao contrário dos bancos capitalistas, que buscam maximizar o lucro para seus proprietários e acionistas, o banco comunitário tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento econômico da comunidade que o criou. A propriedade do banco comunitário pertence aos moradores locais, que são também seus usuários, o que faz com que eles não priorizem a maximização de sobras ou



excedentes, pois entendem que isso representaria um aumento nos custos dos serviços oferecidos pelo banco.

Para Soares (2009, p. 255), a moeda social é “uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia”. Brito e Oliveira (2009) explicam que o surgimento da moeda está ligado ao desenvolvimento de métodos para facilitar a troca de produtos e bens nas sociedades humanas. Em algumas culturas, essas trocas eram baseadas em padrões monetários de valor material, utilizando produtos de origem mineral, animal ou vegetal. Em outros casos, as trocas envolviam objetos com valor simbólico e cultural, como conchas e adornos, que não necessariamente possuíam utilidade prática.

Soares (2009) esclarece que a experiência contemporânea com moeda social ocorre principalmente em clubes de troca, especialmente na América Latina, onde se utiliza a emissão física de bônus. Outra modalidade comum são as redes de compensação mútua, nas quais grupos de pessoas ou empresas se reúnem para trocar bens e serviços, utilizando uma unidade de conta criada pelo próprio grupo.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo propõe uma abordagem qualitativa, com natureza descritiva e exploratória. Utilizou-se o estudo de caso como estratégia de pesquisa, que, segundo Fonseca (2002), “pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social” (Fonseca, 2002, p. 33).

Silveira e Córdova (2009) destacam que a pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (Silveira; Córdova, 2009, p. 33). Por meio dessa abordagem, foi possível explorar as percepções e experiências dos diferentes



atores envolvidos com a moeda Concha, buscando compreender como essa ferramenta influencia a economia local e as relações sociais da comunidade.

Inicialmente, foi feita pesquisa bibliográfica, que serviu como base para a formulação das questões de pesquisa e para o delineamento do estudo de caso. Segundo Fonseca (2009, p. 37), “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de sites”. Além disso, foi realizada pesquisa documental, com a análise de reportagens de jornais, fotografias e materiais institucionais relacionados ao BCD Ilhamar e à moeda Concha. Esses documentos abordam a criação, estrutura e funcionamento da moeda social.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com a agente de crédito do Banco Comunitário Ilhamar e aplicação de questionários a comerciantes e moradores da comunidade. A amostra foi composta por 9 comerciantes (6 que aceitam e 3 que não aceitam a moeda Concha) e 24 moradores (12 usuários e 12 não usuários da moeda). O roteiro das entrevistas e questionários abordou aspectos como histórico, aceitação, benefícios, dificuldades e sugestões para aperfeiçoamento do uso da moeda. Os dados foram analisados com base em categorias temáticas, permitindo uma compreensão aprofundada sobre as percepções e práticas relacionadas à moeda social Concha. Assim, a coleta de dados forneceu elementos para analisar como diferentes atores percebem, utilizam e interagem com a moeda social, além de apontar caminhos para superar os desafios encontrados.

O roteiro da entrevista e o questionário foi estruturado, garantindo que as mesmas perguntas fossem aplicadas a todos os participantes de cada grupo, possibilitando uma análise comparativa consistente entre os diferentes segmentos. As perguntas foram elaboradas com linguagem simples e acessível, evitando termos técnicos, para assegurar a compreensão por parte dos entrevistados e estimular respostas detalhadas.



A entrevista com a agente de crédito do BCD Ilhamar e a aplicação do questionário aos comerciantes e moradores ocorreram presencialmente na comunidade, no período do mês de novembro de 2024, permitindo uma interação mais direta com os participantes.

4. PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL SOBRE A MOEDA SOCIAL EM MATARANDIBA

Matarandiba é uma pequena vila com aproximadamente 1.000 (mil) habitantes, situada na contracosta da Ilha de Itaparica, no município de Vera Cruz, estado da Bahia, e integra o Território de Identidade Metropolitano de Salvador. A localidade é reconhecida por sua rica biodiversidade, composta por extensos manguezais e restingas, que fornecem suporte às atividades econômicas locais.

A economia da comunidade é fortemente centrada na pesca artesanal e na coleta de mariscos, que desempenham um papel crucial tanto na subsistência dos moradores quanto na geração de renda. Essas atividades, embora tradicionais, estão marcadas por uma organização social baseada na divisão de gênero. A pesca, predominantemente exercida por homens, exige força física e longas horas no mar, o que a torna economicamente mais valorizada. Em contrapartida, a mariscagem, majoritariamente realizada por mulheres nos manguezais, é menos remunerada, com preços reduzidos por quilo e mercados mais restritos. Essa diferença acentua desigualdades de gênero, resultando em menor estabilidade econômica para as marisqueiras.

Em abril de 2008, foi criado na Vila de Matarandiba o Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) Ilhamar, como resposta às demandas da comunidade por soluções econômicas e sociais que enfrentavam no cotidiano. Sendo o segundo banco comunitário da Bahia, a iniciativa surgiu com o apoio financeiro da empresa de mineração Dow Brasil, que opera uma unidade de extração de salgema (sal mineral) próxima à Vila, tendo como assistência técnica a Incubadora Tecnológica de Economia





Solidária da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA). O BCD Ilhamar está localizado na sede da Associação Comunitária de Matarandiba (ASCOMA).

Em novembro de 2008, o BCD Ilhamar criou a moeda social Concha como parte de sua estratégia de economia solidária. Inspirado no modelo do Banco Palmas, o BCD Ilhamar visa promover a circulação interna de riqueza, fortalecer o comércio local e oferecer maior autonomia financeira à comunidade. A moeda social Concha foi desenvolvida não para substituir a moeda oficial, mas como um complemento que incentiva práticas de consumo local e fomenta a economia solidária. A Concha é lastreada no Real (R\$) com paridade, sendo emitida em cinco cédulas: C\$ 0,50, C\$ 1,00, C\$ 2,00, C\$ 5,00 e C\$ 10,00. Cada cédula reflete elementos culturais e econômicos de Matarandiba, esses símbolos reforçam a identidade local e destacam a ligação da vila com a pesca e a mariscagem, atividades predominantes na região.

O banco disponibiliza quatro linhas de microcrédito: produção e serviço, reforma, consumo e Cred. Jovem, oferecendo soluções financeiras adaptadas às necessidades da comunidade. Quando o crédito é concedido em Concha, não há cobrança de juros, o que incentiva o consumo local e fortalece a economia comunitária. Os créditos são disponibilizados através de agentes de crédito, que realizam o atendimento ao público e auxiliam na orientação sobre os serviços oferecidos pelo banco.

A análise dos resultados obtidos a partir do roteiro de entrevista com a agente de crédito do BCD Ilhamar permitiu compreender as dinâmicas e os desafios enfrentados na implementação e no uso da moeda social Concha em Matarandiba. Conforme a entrevista, a principal motivação para a criação da moeda Concha foi estimular o comércio local, um objetivo alinhado com o conceito de moedas sociais como ferramentas para fomentar economias solidárias (Singer, 2002). A Concha é vista como um recurso significativo para incentivar novos negócios na comunidade e fortalecer pequenos empreendimentos, reforçando seu papel no desenvolvimento socioeconômico



de Matarandiba. A agente destacou que a moeda contribui muito para o crescimento dos negócios locais, embora seu uso pelos moradores não seja frequente.

De acordo com os dados do BCD Ilhamar, cerca de 50 comerciantes parceiros, incluindo pequenos negócios, pescadores e marisqueiras, aceitam a moeda, o que demonstra sua inserção em diferentes setores locais. Entretanto, sua circulação é avaliada como limitada, refletindo a percepção de que, apesar de reconhecida, a moeda ainda enfrenta barreiras para sua consolidação como instrumento de troca amplamente utilizado na comunidade. Entre os fatores que dificultam a adesão, destaca-se a preferência de alguns comerciantes pela moeda oficial (Real), evidenciada como o principal obstáculo. Freire (2011) confirma que tal resistência é comum em iniciativas de moedas sociais, especialmente em contextos onde a educação comunitária e a divulgação são insuficientes.

Dentre os comerciantes que aceitam a moeda Concha, quando perguntados sobre como tomaram conhecimento da moeda Concha, cinco comerciantes citaram divulgações realizadas pelo BCD Ilhamar, evidenciando o papel fundamental da divulgação institucional. No entanto, apenas um comerciante afirmou conhecer bem a história de criação da moeda, enquanto quatro a conhecem parcialmente, e um desconhece sua origem.

Em relação ao período de aceitação da moeda, a maioria dos comerciantes (cinco) relatou utilizá-la por mais de três anos, o que demonstra uma aderência considerável, apesar dos desafios. A porcentagem de vendas realizadas com a moeda varia amplamente: apenas um comerciante registrou mais de 50% das vendas realizadas com Concha, enquanto a maioria (quatro) indicou que as transações com a moeda correspondem a menos de 30% de seu total de vendas. Este dado sugere que, embora a moeda esteja inserida no comércio local, sua circulação ainda enfrenta limitações, possivelmente relacionadas à aceitação moderada ou baixa da moeda por parte dos clientes, conforme apontado por cinco comerciantes.



No caso do Banco Palmas, a moeda social já é amplamente aceita no comércio local, sendo oferecido, inclusive, descontos no preço das mercadorias pagas em Palmas (Singer, 2013). Além disso, a experiência do Banco Palmas demonstra que o incentivo à troca de reais por palmas ocorre a partir do momento em que são firmadas parcerias com empresários locais para oferecer estímulos comerciais. Essas parcerias priorizam transações com a moeda social em bens e serviços essenciais à população, como transporte coletivo, gás de cozinha, gêneros alimentícios e gasolina (Kohler; Oliveira, 2013). Essa estratégia de incentivo econômico direto mostra-se uma prática relevante para ampliar a aceitação e circulação da moeda, algo que poderia ser considerado pelo BCD Ilhamar para fortalecer a Concha em Matarandiba.

No que se refere às dificuldades percebidas, a maioria dos comerciantes relatou não enfrentar obstáculos significativos para utilizar a Concha (quatro), enquanto dois indicaram pequenas dificuldades relacionadas à conversão para o Real e à baixa aceitação da moeda. Além disso, a baixa aceitação da moeda entre comerciantes foi apontada por três respondentes como um obstáculo à expansão do uso da Concha, ressaltando a importância de estratégias de comunicação e engajamento mais eficazes.

No que diz respeito à repercussão econômica, dois comerciantes afirmaram que a Concha fortalece significativamente os pequenos negócios, enquanto outros dois avaliaram que seu impacto é moderado, e dois indicaram que a moeda não faz diferença significativa no desenvolvimento de seus negócios. De forma complementar, cinco comerciantes destacaram que a moeda tem um papel muito importante para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, o que sugere uma percepção positiva de sua contribuição potencial, mesmo diante de dificuldades práticas. Tal perspectiva está alinhada com autores como Singer (2002), que ressalta o papel das moedas sociais na promoção de economias locais resilientes e na redução de desigualdades estruturais.

Sobre sugestões para aprimorar o uso e a aceitação da Concha, três comerciantes recomendaram maior divulgação e ações educativas sobre a moeda, enquanto outros três





sugeriram incentivos para os comerciantes. Tais sugestões estão em consonância com práticas adotadas por outros bancos comunitários, como o Banco Palmas, que frequentemente promove campanhas de conscientização e eventos comunitários para reforçar a adesão à moeda social (Dario, 2019).

Apesar de estar em circulação há mais de cinco anos, a Concha ainda enfrenta desafios quanto à aceitação. A circulação limitada é atribuída à baixa adesão de comerciantes e à preferência por trabalhar exclusivamente com a moeda oficial (reais). A agente de crédito identificou que incentivos para comerciantes que aceitam a Concha poderiam ampliar sua aceitação. A resistência limitada por parte dos moradores também foi mencionada, indicando a necessidade de maior conscientização. A entrevista também revelou dificuldades na ampliação do uso da Concha, como a preferência de alguns comerciantes pela moeda oficial e a necessidade de maior divulgação.

Entre os dois comerciantes entrevistados que não aceitam a moeda Concha, apenas um afirmou que já aceitou a moeda no passado, mas interrompeu sua utilização devido à preferência pela moeda oficial (Real). O outro nunca aceitou a Concha, citando a baixa demanda de clientes como principal razão. Esses dados destacam a percepção limitada sobre os benefícios da moeda social, bem como a ausência de incentivos que poderiam torná-la mais atrativa aos comerciantes.

Ambos os entrevistados acreditam que a Concha é pouco aceita entre os moradores e comerciantes, o que reflete um obstáculo identificado frequentemente na literatura sobre moedas sociais. No caso do Banco Palmas, por exemplo, foi necessário superar a resistência inicial dos comerciantes por meio de campanhas que demonstrassem os benefícios da moeda, como o aumento do lucro real e a geração de empregos, devido à circulação restrita ao território comunitário (Dario, 2019). Em relação ao potencial da moeda social Concha, um dos entrevistados destacou que incentivos específicos para os comerciantes poderiam ampliar seu uso. Outro entrevistado sugeriu, além desses incentivos, melhorias como maior facilidade na



conversão da Concha para reais, facilitando a adesão e a aceitação por parte da comunidade. Já em relação ao papel da moeda no desenvolvimento local, ambos os entrevistados reconheceram uma contribuição moderada para os pequenos negócios, embora sem impacto expressivo no consumo local.

No grupo de moradores que utilizam a moeda social Concha, a maioria é feminina, com idades variando entre 18 a mais de 60 anos e diferentes níveis de escolaridade, predominando o ensino médio completo ou incompleto. Quando questionados sobre como souberam da moeda Concha, dos doze entrevistados, seis moradores apontaram a divulgação realizada pelo BCD Ilhamar, enquanto os demais mencionaram fontes como a comunidade local (três), comércio (um), familiares ou amigos (um) e a rádio comunitária (um). Este dado reforça a importância das iniciativas institucionais na disseminação da moeda, mas também sugere que os meios informais desempenham papel relevante. Apesar disso, cinco respondentes admitiram não conhecer a história de criação da moeda, enquanto sete relataram conhecer bem.

O uso da moeda também apresenta variações significativas. A maioria dos moradores relatou utilizar a Concha há mais de três anos (oito), enquanto três a utilizam entre um e três anos e um a utiliza há apenas seis meses. Em termos de frequência, cinco moradores disseram usá-la frequentemente, três sempre que possível, dois ocasionalmente e dois raramente. Estes dados indicam que, embora a moeda esteja integrada à rotina desses moradores, há espaço para ampliar sua adesão regular. Estudos como os de Singer (2013) destacam que a frequência de uso está diretamente relacionada à percepção de confiabilidade e facilidade de circulação da moeda.

A aceitação da Concha na comunidade foi avaliada como moderada por cinco respondentes, enquanto quatro consideraram-na amplamente aceita e três como pouco aceita. Essa percepção encontra dificuldades específicas relatadas: embora dez moradores afirmem não enfrentar obstáculos para utilizá-la, dois mencionaram desafios relacionados à falta de informação e à dificuldade de conversão para reais. Esses



fatores, frequentemente destacados na literatura, são barreiras comuns enfrentadas por moedas sociais, como discutido por Singer (2002), que enfatiza a necessidade de estratégias de suporte técnico e financeiro para consolidar essas iniciativas.

Em relação ao efeito da Concha no consumo local, sete moradores acreditam que ela incentiva fortemente a compra de produtos e serviços locais, enquanto três a veem como moderadamente influente e dois não percebem diferença. Em relação ao fortalecimento de pequenos negócios, nove afirmaram que a moeda contribui muito, dois consideram sua contribuição moderada e um avalia que não há impacto significativo.

Entre as principais barreiras para a ampliação do uso, os moradores apontaram fatores como dificuldade de troca por reais (um), falta de estabelecimentos que aceitam a moeda (três), desconhecimento da moeda por parte dos moradores (três) e pouca divulgação (um). Apesar disso, nove acreditam que a Concha poderia ser muito mais utilizada com maior divulgação e incentivos. Como sugestão, os respondentes recomendaram ampliar o número de estabelecimentos que aceitem a moeda (quatro), promover maior divulgação (três) e realizar palestras educativas (um), facilitar a troca da moeda Concha por reais (um), e três não possuem sugestões. De forma geral, seis moradores avaliam o papel da Concha no desenvolvimento socioeconômico da comunidade como muito relevante, três como relevante e três como pouco relevante. Essa percepção positiva reforça seu potencial como ferramenta de fortalecimento local, desde que os desafios operacionais e culturais sejam superados.

Entre os moradores não usuários, houve predominância masculina e uma faixa etária similar à dos usuários. Quando questionados sobre como tomaram conhecimento da Concha, seis moradores mencionaram a divulgação feita pela comunidade, três apontaram os comércios locais, dois citaram a ASCOMA e um mencionou o BCD Ilhamar. A maioria dos participantes não conhece o funcionamento da moeda, e os motivos para não utilizá-la incluem preferência pela moeda oficial (real) e falta de



necessidade percebida. A aceitação da moeda na comunidade é considerada baixa por muitos, embora alguns reconheçam que ela incentiva o consumo local. Quase todos acreditam que a moeda seria mais utilizada com maior divulgação e incentivos, apontando como barreiras principais a dificuldade de troca por reais e o desconhecimento geral sobre a moeda.

Entre os motivos relatados para não utilizarem a moeda Concha, a maioria (cinco) apontou preferência pela moeda oficial (Real), enquanto dois mencionaram falta de informação sobre o uso, outros dois afirmaram não ver necessidade de utilizá-la, e três não souberam responder. No que diz respeito à aceitação percebida, cinco moradores acreditam que a moeda é amplamente aceita por muitos na comunidade, quatro consideram que poucos aceitam, dois acham que apenas alguns a utilizam, e um não soube opinar. Essa divergência indica que, embora a moeda tenha alguma presença no cotidiano local, ainda há percepção de limitações quanto à sua popularização.

Em relação ao impacto potencial da Concha no consumo local, cinco moradores acreditam que a moeda incentiva significativamente a compra de produtos e serviços locais, três consideram que o impacto é limitado, outros três não percebem diferença, e um não soube opinar. Apesar das variações, a percepção predominante é de que a moeda pode estimular a economia local, como apontado por Singer (2002), que argumenta que moedas sociais podem reforçar economias locais e aumentar a circulação de recursos dentro da comunidade.

As dificuldades para ampliar o uso da moeda foram amplamente discutidas pelos respondentes. Três citaram a dificuldade de troca por reais, enquanto outros três mencionaram a falta de conhecimento sobre o uso da moeda. Além disso, problemas como pouca divulgação (um respondente), preferência por reais (dois respondentes), e aceitação limitada por parte de estabelecimentos comerciais (um respondente) foram destacados. Entretanto, todos os participantes acreditam que a Concha seria mais utilizada com maior divulgação e incentivos.



A comparação com outras iniciativas, como o Banco Palmas, evidencia que estratégias de divulgação e incentivo são fundamentais para o sucesso. Enquanto o Banco Palmas diversificou amplamente os parceiros comerciais e promoveu campanhas de engajamento comunitário, a Concha ainda enfrenta dificuldades para expandir sua rede de aceitação e fortalecer sua circulação. Monteiro, Silva e Luna (2018) também evidencia que o contato direto e informativo com comerciantes é um caminho eficaz para superar barreiras iniciais e aumentar a adesão à moeda social. Além disso, o Banco Palmas demonstrou que práticas como oferecer descontos diretos no uso da moeda social, aliadas à priorização de bens e serviços essenciais para sua circulação, podem contribuir significativamente para ampliar seu uso e aceitação (Kohler; Oliveira, 2013). Esse modelo, adaptado para a realidade de Matarandiba, pode representar um caminho promissor para fortalecer a Concha na comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a moeda social Concha como uma ferramenta para promover a inclusão socioeconômica na comunidade de Matarandiba, no município de Vera Cruz, Bahia. O estudo partiu da seguinte pergunta-problema: Como a moeda social Concha pode promover a inclusão socioeconômica na comunidade de Matarandiba/BA? Por meio da análise dos dados e dos resultados obtidos, foi possível responder a esta questão e verificar os objetivos específicos propostos.

No cumprimento desses objetivos, foi possível verificar que a moeda Concha, criada pelo BCD Ilhamar, foi uma iniciativa fundamentada nos princípios da economia solidária, com o intuito de estimular a circulação de recursos dentro da comunidade e fortalecer as relações econômicas locais. No entanto, a pesquisa revelou que o conhecimento sobre a história e o funcionamento da moeda ainda é limitado entre alguns moradores e comerciantes, o que reforça a necessidade de maior investimento em ações educativas e de conscientização.





As análises realizadas mostraram que os objetivos foram alcançados e que a moeda Concha apresenta uma aceitação considerável entre os moradores e comerciantes da comunidade, especialmente aqueles que utilizam a moeda regularmente. A pesquisa evidenciou que a maioria dos entrevistados reconhece o papel da Concha no estímulo ao consumo local e no fortalecimento de pequenos negócios, alinhando-se aos princípios da economia solidária e com o objetivo de fomentar o desenvolvimento socioeconômico da região. No entanto, observou-se que a moeda ainda enfrenta barreiras importantes, como a preferência pela moeda oficial (Real), a falta de conhecimento sobre seu funcionamento, a escassez de locais que a aceitam e a baixa divulgação, fatores que dificultam sua maior aceitação e uso.

Entre os comerciantes da comunidade, verificou-se que a moeda Concha, embora tenha promovido um aumento limitado nas vendas, ainda encontra resistência devido à baixa demanda e dificuldades operacionais, como a conversão para o Real. Apesar disso, muitos reconheceram a importância da moeda como uma ferramenta para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, sugerindo que estratégias de fortalecimento, como maior divulgação, incentivos financeiros e facilitação dos mecanismos de troca, poderiam elevar sua ação positiva na comunidade.

Já entre os moradores, identificou-se que um número significativo de não usuários demonstrou interesse em começar a utilizar a moeda Concha, desde que houvesse mais informações sobre seu funcionamento e campanhas de conscientização. As barreiras mais apontadas incluem a falta de estabelecimentos que aceitam a moeda, a baixa divulgação e o desconhecimento sobre seu uso. Esses resultados reforçam a necessidade de implementar ações educativas e campanhas para conscientizar tanto consumidores quanto comerciantes sobre os benefícios da moeda social e incentivar seu uso regular.

Os resultados da pesquisa indicaram que, apesar das limitações, a moeda Concha possui um potencial significativo para contribuir com o desenvolvimento



socioeconômico local, ao fortalecer pequenos negócios e estimular o consumo interno na comunidade. Com isso, conclui-se que para consolidar e ampliar seu uso é fundamental que o BCD Ilhamar, em conjunto com outros atores sociais e institucionais, invista em ações estratégicas. Entre essas ações, destacam-se campanhas educativas, incentivos financeiros direcionados aos comerciantes, ações de sensibilização, maior divulgação sobre a moeda e a criação de mecanismos que facilitem sua conversão para a moeda oficial.

Com essas medidas, espera-se que a moeda social Concha atinja plenamente seus objetivos, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento local e para a inclusão socioeconômica da comunidade de Matarandiba. A partir deste estudo, sugere-se ações comunitárias que devem estar alinhadas para fortalecer o uso da moeda social como instrumento de transformação social e econômica, promovendo maior integração entre moradores, comerciantes e agentes institucionais. Assim, a Concha poderá se tornar uma ferramenta-chave para a promoção da economia solidária e o fortalecimento da rede econômica local.

6. REFERÊNCIAS

BRITO, E. C.; OLIVEIRA, C. M. Bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais: a experiência pioneira do Banco de Palmas. **Revista Orbis Latina**, v. 9, n. 2, p. 23-36, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12669235>. Disponível em: <https://zenodo.org/records/12669235>. Acesso em: 28 nov. 2024.

DARIO, I. B. S. **A moeda social como instrumento de efetivação do direito à inclusão socioeconômica no Brasil**. 2019. 146f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Núcleo de Pós-Graduação em Direito, Criciúma/SC. 2019. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6756/1/Ingrid%20Brand%C3%A3o%20Sartor%20Dario.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2024.

FONSECA, J. J. S. da; **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em:



<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

FONSECA, J. J. S. da.; A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 33-44. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

FREIRE, M. V. **Moedas sociais**: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/9485/1/2011_MarusaVasconcelosFreire.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

GODY, T. M. P. de. A economia solidária e o estado: para uma análise crítica das políticas públicas no Brasil. In: HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. dos. **Economia solidária**: questões teóricas e epistemológicas (Org.). Coimbra, Portugal: Edições Almedina: CES, 2011. p. 113-149. ISBN 978-972-40-4607-5. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/ces.pdf>. Acesso em: 20 jul. 24.

KOHLER, R.; OLIVEIRA, M. P. A moeda social como instrumento econômico para potencializar o desenvolvimento local/regional. **VI Seminário de desenvolvimento regional**, Santa Cruz do Sul - RS, v. 5, p. 1-19, 2013. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/118.pdf>. Acesso em: 20 nov 2024.

LEAL, L. P. **Gestão coletiva dos bens comuns na experiência dos bancos comunitários de desenvolvimento: o caso de Matarandiba**. 2013. 179f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Salvador/BA. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29438/1/Leonardo%20Prates.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2024.

MONTEIRO, W. M. da S.; SILVA, A. S.; LUNA, T. A. U. Moeda social: uma análise sobre seu impacto na comunidade de Santiago do Iguape - BA. **Revista Formadores - Vivências e Estudos**, Cachoeira - Ba, v. 11, n. 6, p. 26 - 39, dez, 2018. Disponível em: <http://www.dwcenter.com.br/ojs3/index.php/formadores/article/view/1028/793>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MUÑOZ, R. Finanças solidárias. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, JEAN-LOUIS; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: CES, 2009, p. 208 - 212. Disponível em:



<https://financassolidarias.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/dicionário-internacional-da-outra-economia-1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de. **Bancos comunitários e moedas sociais no Brasil**: reflexões a partir da noção de economia substantiva. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 165. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24260/5/BancosComunitariosRI.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P.; A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 33-44. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&i:sAllowed=y>. Acesso em: 2 ago. 2024.

SINGER, P. Fundamentos. In: SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 7-23. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2024.

SINGER, P. O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In: Núcleo de Economia Solidária–NESOL-USP. **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. 1. ed. São Paulo: A9 Editora, 2013. p. 35-40. Disponível em: https://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/LIVRO_BANCO_PALMAS_15_ANOS.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

SOARES, C. L. B. Moeda social. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, JEAN-LOUIS; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: CES, 2009. p. 255-259. Disponível em: <https://financassolidarias.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.